

PATRICIA NOVAIS
CALMON

DIREITO DAS
FAMÍLIAS E DO
IDOSO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C164d Calmon, Patricia Novais
Direito das famílias e do idoso / Patricia Novais Calmon. - Indaiatuba, SP :
Editora Foco, 2022.
360 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui índice e bibliografia.
ISBN: 978-65-5515-440-5
1. Direito. 2. Direito de Família. 4. Direito do Idoso. I. Título.
2021-4767 CDD 342.16 CDU 347.61

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito de Família 342.16
2. Direito de Família 347.61

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| LISTA DE ABREVIATURAS..... | IX |
| PREFÁCIO..... | XI |
| As iluminações jurídicas de muitos direitos | XI |
| INTRODUÇÃO | XV |

PARTE I PREMISSAS DO DIREITO DOS IDOSOS

| | |
|--|----|
| 1. O CONTEMPORÂNEO DIREITO DOS IDOSOS | 3 |
| 1.1 Aspectos conceituais sobre a pessoa idosa: critérios cronológico, legal, biológico, social e econômico-financeiro | 3 |
| 1.2 Idoso para muito além do critério cronológico: a utilização complementar do critério biológico..... | 5 |
| 1.3 A ampliação do critério etário de 60 anos no contexto atual e suas teorias .. | 8 |
| 1.4 Velhice x envelhecimento | 13 |
| 1.5 Do envelhecimento ativo e saudável | 16 |
| 1.6 Aspectos geracionais e culturais e o envelhecimento | 18 |
| 1.7 Um segmento heterogêneo: “os velhos velhos” e os “novos velhos” | 21 |
| 1.8 Nomenclaturas alternativas: terceira idade, ancião, melhor idade..... | 24 |
| 2. A TUTELA NORMATIVA DA PESSOA IDOSA: DIREITOS DOS IDOSOS PARA ALÉM DO ESTATUTO DO IDOSO..... | 27 |
| 2.1 Evolução histórica dos direitos da pessoa idosa | 27 |
| 2.1.1 No cenário nacional | 27 |
| 2.1.2 No cenário internacional..... | 29 |
| 2.2 Princípios orientadores do direito dos idosos..... | 35 |
| 2.3 A dissintonia entre o conceito cronológico de idoso e a idade estabelecida pela lei para a incidência de seus efeitos..... | 40 |

| | |
|---|----|
| 3. O IDOSO EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL..... | 45 |
| 3.1 A violência contra a pessoa idosa..... | 45 |
| 3.1.1 A violência sociopolítica..... | 45 |
| 3.1.2 A violência institucional..... | 47 |
| 3.1.3 A violência intrafamiliar..... | 48 |
| 3.1.4 A peculiar situação da autonegligência..... | 49 |
| 3.1.4.1 Conceito de autonegligência..... | 49 |
| 3.1.4.2 A autonegligência, o problema da configuração e a aplicação de medidas protetivas específicas..... | 52 |
| 3.2 As medidas protetivas..... | 54 |
| 3.3 A institucionalização da pessoa idosa..... | 56 |
| 3.3.1 Modalidades de atendimento: não asilar e asilar..... | 56 |
| 3.3.2 Requisitos para a institucionalização de idosos..... | 59 |
| 4. A SOCIEDADE EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO – MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS A PARTIR DE FENÔMENOS GERACIONAIS..... | 61 |
| 4.1 Noções iniciais..... | 61 |
| 4.2 A rede de apoio familiar e os principais papéis sociais exercidos entre homens e mulheres: cuidador x provedor..... | 63 |
| 4.3 A solidariedade e a ressignificação dos papéis sociais da família..... | 66 |
| 5. DIREITOS PROCESSUAIS DOS IDOSOS..... | 69 |
| 5.1 Noções iniciais..... | 69 |
| 5.2 O acesso à justiça..... | 70 |
| 5.3 A prioridade nos processos judiciais..... | 73 |
| 5.4 A prioridade em processos e procedimentos administrativos..... | 78 |
| 5.5 O atendimento prioritário em serviços de assistência jurídica e gratuidade da justiça..... | 79 |
| 5.6 A “superprioridade” das pessoas idosas com mais de 80 anos..... | 80 |
| 5.7 A competência fixada em razão do domicílio do idoso..... | 82 |
| 5.8 As varas especializadas..... | 84 |
| 5.9 A intervenção do Ministério Público..... | 86 |

PARTE II
O DIREITO DAS FAMÍLIAS E A PESSOA IDOSA

| | |
|---|-----|
| 6. ALIMENTOS | 91 |
| 6.1 Noções iniciais | 91 |
| 6.2 Os alimentos: obrigação e conteúdo | 94 |
| 6.3 A obrigação alimentar nos termos da lei civil e suas características | 94 |
| 6.3.1 Pessoaalidade (direito personalíssimo) | 95 |
| 6.3.2 Irrenunciabilidade | 96 |
| 6.3.3 Irrepetibilidade | 100 |
| 6.3.4 Incompensabilidade | 104 |
| 6.3.5 Impenhorabilidade | 105 |
| 6.3.6 Atualidade | 108 |
| 6.3.7 Anterioridade | 110 |
| 6.3.8 Reciprocidade | 110 |
| 6.3.9 Variabilidade | 111 |
| 6.3.10 Futuridade | 112 |
| 6.3.11 Imprescritibilidade | 113 |
| 6.3.12 Alternatividade | 115 |
| 6.3.13 Incessibilidade | 116 |
| 6.3.14 Proximidade | 117 |
| 6.3.15 Intransmissibilidade | 118 |
| 6.3.15.1 A (in)transmissibilidade no viés da abrangência objetiva .. | 120 |
| 6.3.15.2 A (in)transmissibilidade no viés da abrangência subjetiva (sujeitos envolvidos) | 121 |
| 6.3.15.3 Transmissibilidade de alimentos não fixados? | 122 |
| 6.4 A solidariedade alimentar imposta pelo Estatuto do Idoso (art. 12) | 124 |
| 6.4.1 Solidariedade x divisibilidade | 124 |
| 6.4.2 A ilusão da solidariedade? | 126 |
| 6.5 Obrigações alimentares específicas | 131 |
| 6.5.1 Alimentos entre duas pessoas idosas | 131 |
| 6.5.2 Alimentos entre ex-consortes | 132 |
| 6.5.2.1 O caráter assistencial dos alimentos entre ex-cônjuges e ex-companheiros | 134 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 6.5.2.2 | Os alimentos transitórios e a necessidade da propositura de ação exoneratória, como regra, para a cessação dos alimentos | 136 |
| 6.5.2.3 | Alimentos transitórios: vantagem processual ou assimetria sistêmica? | 139 |
| 6.5.3 | Alimentos entre idosos e filhos | 143 |
| 6.5.4 | Os filhos podem ser demandados para “complementar” os alimentos devidos pelo ex-cônjuge? | 145 |
| 6.5.5 | Alimentos avoengos | 147 |
| 6.5.6 | Os alimentos “netoengos” (avoengos inversos) | 149 |
| 7. | A INCONSTITUCIONALIDADE DA REGRA QUE IMPÕE O REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS NAS UNIÕES FAMILIARES DE PESSOAS COM MAIS DE 70 ANOS (ART. 1.641, II, CC)..... | 151 |
| 8. | O DIVÓRCIO TARDIO (“GRAY DIVORCE”)..... | 155 |
| 8.1 | Conceito..... | 155 |
| 8.2 | Fatores que justificam o divórcio tardio | 156 |
| 8.3 | Divórcio tardio, o “gray love” e novos arranjos familiares: uniões estáveis e relacionamentos sem coabitação (LAT – “living apart together”) | 158 |
| 8.4 | Alimentos entre ex-cônjuges no divórcio tardio..... | 159 |
| 8.5 | O adequado planejamento patrimonial no divórcio tardio: o “Plano de Adequação Patrimonial” (PAP) e a mitigação dos efeitos econômicos do divórcio..... | 162 |
| 8.6 | A influência do divórcio tardio sobre o direito a benefícios assistenciais | 163 |
| 8.7 | O direito à moradia | 167 |
| 8.8 | A revogação de instrumentos de confiança: procurações gerais, diretivas antecipadas de vontade (mandato duradouro) e autcuratela..... | 167 |
| 8.9 | A mudança de nome | 169 |
| 8.10 | O divórcio por curador | 171 |
| 9. | A MEDIAÇÃO, OS IDOSOS E O DIREITO DAS FAMÍLIAS | 173 |
| 9.1 | A mediação como técnica de empoderamento e aconselhamento emocional | 173 |
| 9.2 | A Mediação e o “emotional counseling” | 177 |
| 9.3 | A mediação e a busca pelos reais interesses | 178 |
| 9.4 | A mediação e o direito dos idosos..... | 180 |

| | |
|---|-----|
| 10. ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA..... | 183 |
| 10.1 A alienação parental: noções essenciais | 183 |
| 10.2 A alienação parental de idosos (alienação parental inversa)..... | 186 |
| 10.3 A teoria dos lugares paralelos interpretativos | 188 |
| 10.4 Semelhanças e distinções entre a alienação parental de crianças e adolescen- tes e a alienação parental inversa | 192 |
| 10.5 Incapacidade e alienação parental inversa | 195 |
| 10.5.1 O novo prisma da incapacidade após o advento da Lei n. 13.146/15 | 195 |
| 10.5.2 Alienação parental inversa envolvendo idosos incapazes | 198 |
| 10.5.2.1 As medidas cabíveis e alguns reflexos jurídicos da aliena- ção parental inversa de idosos incapazes | 199 |
| 10.6 A ação de produção antecipada de provas em caso de alienação parental inversa..... | 203 |
| 11. ABANDONO AFETIVO INVERSO | 207 |
| 11.1 Noções iniciais | 207 |
| 11.2 O abandono afetivo e a responsabilidade civil em relações familiares..... | 210 |
| 11.3 Os requisitos configuradores da responsabilidade civil por abandono afetivo paterno-filial e inverso | 214 |
| 11.4 O caráter objetivo do abandono afetivo e a decisão paradigmática do REsp 1.159.242-SP..... | 218 |
| 11.5 A prescrição no abandono afetivo inverso | 221 |
| 12. ABANDONO DIGITAL DE IDOSOS | 225 |
| 12.1 Noções iniciais | 225 |
| 12.2 Os idosos e a tecnologia: entre benefícios e riscos..... | 226 |
| 12.3 O abandono digital de idosos..... | 231 |
| 12.4 Reflexos jurídicos do abandono digital de idosos..... | 235 |
| 13. ADOÇÃO POR ASCENDENTES..... | 239 |
| 13.1 Noções iniciais | 239 |
| 13.2 A vedação legal, sua abrangência e origem histórica..... | 240 |
| 13.3 O STJ e a flexibilização da vedação da adoção de descendente por ascenden- te e da necessária observância das nuances do caso concreto..... | 243 |
| 13.4 Das finalidades da proibição e da incoerência com o atual cenário do Direito das Famílias..... | 247 |

| | |
|---|-----|
| 14. ADOÇÃO DE IDOSOS | 251 |
| 14.1 Noções iniciais | 251 |
| 14.2 O conceito de família pautado no afeto, a formação do parentesco por “outra origem”, e a colocação de idosos em família substituta..... | 252 |
| 14.3 O abandono e a institucionalização da pessoa idosa: “os idosos órfãos” | 253 |
| 14.4 A colocação de idoso em família substituta como meio de se garantir o direito à convivência familiar e comunitária | 255 |
| 14.5 Os requisitos para a adoção de idosos..... | 258 |
| 14.6 Desafios a serem enfrentados | 260 |
| 14.6.1 A dissintonia entre o Direito e a biologia: a superação da regra do art. 42, § 3º do ECA (diferença etária de 16 anos entre adotante e adotando) | 260 |
| 14.6.2. Adoção de idosos como garantia de dignidade e pertencimento, não infantilização: o “problema” da titulação | 263 |
| 14.6.3 Questões de ordem patrimonial impediriam a concessão da adoção? | 264 |
| 14.7 Os aspectos processuais da adoção de idosos | 265 |
| 15. SENEXÃO..... | 267 |
| 15.1 Noções iniciais | 267 |
| 15.2 Senexão: O Projeto de Lei 105/2020 | 268 |
| 15.3 Senexão e adoção de idosos: o cotejo entre os Projetos de Lei | 270 |
| 15.4 A socioafetividade no Projeto de Lei 105/2020: sua extensão para além da filiação..... | 272 |
| 16. DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE (TESTAMENTO VITAL E MANDATO DURADOURO) | 277 |
| 16.1 Noções iniciais | 277 |
| 16.2 Diretiva antecipada de vontade como expressão do direito à vida digna e seu conceito | 278 |
| 16.3 A regulamentação das diretivas antecipadas de vontade no direito brasileiro | 281 |
| 16.4 A internalização da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa | 282 |
| 16.5 Da inconvenção de instrumentos normativos que limitem a autodeterminação do idoso sobre procedimentos de saúde | 285 |
| 16.5.1 O controle de convencionalidade e o controle de constitucionalidade.... | 285 |
| 16.5.2 A inconvenção e inconstitucionalidade da Resolução 2.232/2019 do CFM | 287 |

| | |
|---|-----|
| 17. A CURATELA..... | 289 |
| 17.1 A tutela dos incapazes e as regras protetivas..... | 289 |
| 17.2 A personalidade jurídica e a capacidade jurídica | 291 |
| 17.3 A legitimação..... | 293 |
| 17.4 A curatela e o Estatuto da Pessoa com Deficiência | 294 |
| 17.5 Principais características da curatela | 296 |
| 17.6 Curatela <i>versus</i> curadorias | 298 |
| 17.7 A curatela compartilhada..... | 299 |
| 17.8 A curatela provisória..... | 299 |
| 17.9 A curatela prorrogada ou extensiva | 300 |
| 17.10 As pessoas que não podem ser curadoras..... | 300 |
| 17.11 A ação de curatela | 302 |
| 17.12 A remoção e exoneração de curador..... | 306 |
| 17.13 Curatela e registro público..... | 307 |
| 17.14 Prestação de contas..... | 307 |
| 17.15 Levantamento da curatela..... | 308 |
| 17.16 Autocuratela..... | 309 |
| 18. A TOMADA DE DECISÃO APOIADA..... | 313 |
| 18.1 O Estatuto da Pessoa com Deficiência e o princípio da adaptação razoável ... | 313 |
| 18.2 A tomada de decisão apoiada | 316 |
| REFERÊNCIAS..... | 321 |